PF prende 13 homens que retiravam areia de terreno em área indígena

Treze homens que retiravam areia para a Prefeitura de Caucaia foram presos por não terem autorização legal. O fato levantou a discussão sobre a demarcação da área indígena tapeba no município ■

A Polícia Federal prendeu ontem 13 trabalhadores que retiravam areia sem autorização legal de um terreno dentro da área indígena tapeba. O serviço era contratado pela Prefeitura de Caucaia para abertura da avenida da Integração, que ligará o município à BR-020 passando pelo bairro Picuí. A Prefeitura afirma que tem permissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Os trabalhadores foram autuados em flagrante por crime contra o meio ambiente, que é inafiançável. "Só uma decisão da Justiça pode colocá-los em liberdade", explica o delegado regional da PF no Ceará, César Bertosi. Ele conta que além dos trabalhadores, a diligência apreendeu seis caminhões caçambas, uma pá mecânica e um trator esteira. O delegado afirma que o inquérito irá identificar a responsabilidade das autoridades municipais para que também respondam pelo crime.

A retirada de areia fica proibida, mas a construção da via prossegue. O Procurador da República Alessandro Cabral entrou com pedido de embargo da obra junto à 3ª Vara da Justiça Federal, mas até agora nenhuma decisão foi tomada. Ele defende que a avenida está sendo aberta dentro do território tapeba.

O Procurador dos Direitos do Cidadão, Paulo Roberto Araripe, explica que um estudo antropológico já

reconheceu a identidade indígena dos tapebas e delimitou a área de ocupação original do daquele povo. Posteriormente, o Ministério da Justiça autorizou a demarcação da área de 4.675 hectares. "Por tudo isso, é absolutamente ilegal que a Prefeitura abra uma estrada naquele local", afirma.

O poder municipal defende-se utilizando uma decisão de maio do Superior Tribunal de Justiça que revoga a portaria ministerial que determina a demarcação. "A decisão do STJ existe, mas não dá à Prefeitura o direito de construir na área. Temos que esperar a publicação no Diário Oficial para que a União recorra. Só então haverá uma sentença. A terra não pode ser violada até que isso aconteça", diz Francisco Araújo Magalhães, chefe do posto indígena tapeba da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Francisco Magalhães acredita que a intenção da Prefeitura é incentivar a invasão das terras indígenas para complicar o processo de demarcação. "Essa é mais uma manobra da Prefeitura de Caucaia que persiste em não reconhecer a existência dos índios", avalia Antônio Gomes, advogado da Pastoral Indigenista.

O fax enviado pelo poder municipal diz, no entanto, que o prefeito José Gerardo Arruda aguarda com tranquilidade os fatos para continuar a obra que solidificará "os caminhos do desenvolvimento".